



Ata da XXXII Reunião Ordinária do CBH Santo Antônio-MG

1 Aos nove dias do mês de agosto de dois mil e doze, às nove horas e trinta minutos
2 da manhã, no Centro Cultural Roberto Drummond, localizado no município de
3 Ferros/MG, reuniram-se os conselheiros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio
4 Santo Antônio-MG para realização da XXXII Reunião Ordinária. Antecedendo a
5 abertura da sessão, foi realizada a primeira verificação do quorum, onde foram
6 contabilizados 23 (vinte e três) conselheiros presentes. A mesa foi constituída pelo
7 PE Élson Vital dos Reis (Cáritas Diocesana) – Presidente do CBH Santo Antônio-
8 MG, Srta. Débora de Viterbo dos Anjos Oliveira (IGAM) – Vice-Presidente e o Sr.
9 Leonardo Mitre Alvim de Castro (Anglo Ferrous) – Segundo-Secretário. PE Élson
10 iniciou a reunião dando boas vindas aos conselheiros. A reunião foi iniciada com o
11 declame, pelo estudante Rodrigo Ribeiro, do poema vencedor do concurso de
12 redação promovido pela Associação de Defesa e Desenvolvimento Ambiental de
13 Ferros – ADDAF, com o tema “O Rio Santo Antônio”. Em seguida a Sra. Beatriz
14 Ribeiro fez uma apresentação cujo tema era: Desenvolvimento Sustentável: uma
15 realidade ao nosso alcance. O Sr. Leonardo Castro relatou os assuntos a deliberar.

16 **1 – Aprovação da Ata da VII Reunião Extraordinária:** A Sra. Patrícia Thomaz
17 (FONASC) e o Sr. Lucas Miyahara (AMALAPINHA) solicitaram que constasse em
18 ata a transcrição da apresentação realizada pelo Sr. Camilo Silva e Sra. Tatiane,
19 representantes da empresa Manabi Holding S.A., onde em questão apresentaram o
20 Projeto Morro do Pilar. A referida transcrição está anexada a esta ata e na ata da VII
21 Reunião Extraordinária. A ata foi aprovada por unanimidade. **2 – Representação do**
22 **Poder Público Municipal na Diretoria.** Foi informado pelo Sr. Leonardo Castro que
23 o primeiro-secretário Sr. Luiz Augusto Magalhães havia desligado de sua instituição
24 representante – Prefeitura Municipal de Santa Maria de Itabira, mas que até aquele
25 momento não havia sido feito a formalização do desligamento ao Comitê e que por
26 isso não poderia fazer a substituição de membro na diretoria. **3 – Representação do**
27 **CBH Santo Antônio no Fórum Mineiro e CTI Doce (Câmara Técnica de**



Ata da XXXII Reunião Ordinária do CBH Santo Antônio-MG

28 **Integração**). Sr. Felipe Pedro (Sindicato Metabase) através do PE. Élson Vital fez
29 um relato sobre sua representação no Fórum Mineiro e na Câmara Técnica de
30 Integração do Doce. **4 – Contrato de Gestão – Referendar o Termo Aditivo**. Srta.
31 Débora Oliveira conduziu o processo de referendação do Termo Aditivo do Contrato
32 de Gestão, onde o mesmo foi aprovado por unanimidade. **5 – Apresentação sobre**
33 **o SIG Gestão**. Sr. Rossini Pena Abrantes apresentou o Sistema de Gestão de
34 Bacias Hidrográficas. **6 – Apresentação sobre Enquadramento de Corpos de**
35 **Água**. O Sr. Leonardo Castro, representante da Anglo Ferrous, fez a apresentação
36 sobre o enquadramento de corpos de água. **7 – Reunião Câmara Técnica Manabi**.
37 Encaminhamento da CTOC: 1 - Solicitar ao IGAM o Plano de Utilização de Água –
38 PUA, conforme estabelecido na Resolução 55 do Conselho Nacional de Recursos
39 Hídricos – CNRH. Encaminhamentos gerais: 1 - Encaminhar para o IGAM pedido
40 para que a análise de outorga seja feita de maneira integrada, por intervenção e não
41 por empreendimento. 2 – Solicitar que no caso de empreendimento de mineração
42 que as outorgas mesmo não sendo consideradas de grande porte e potencial
43 poluidor, conforme DN CERH-MG 07/2002, sejam encaminhadas para conhecimento
44 do Comitê. **8 – Deliberação das Outorgas da empresa Guanhães Energia,**
45 **Processos nºs 13.818/2009 (PCH Dores de Guanhães), 13.820/2009 (PCH**
46 **Senhora do Porto) e 13.822/2009 (PCH Jacaré)**. Sra. Isabela Cançado (Prefeitura
47 de Dores de Guanhães) relatora da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança –
48 CTOC comentou sobre a reunião que aconteceu no dia 02/08/2012. Ela informou
49 que saíram dois encaminhamentos gerais sobre as outorgas de PCHs, a primeira
50 era a necessidade de se fazer contato com o Ministério Público para verificar a
51 situação da liminar proposta por este órgão sobre o assunto e a segunda era
52 solicitar que os empreendimentos, quando fizessem o levantamento de campo,
53 apontassem em seu relatório tanto os usuários cadastrados e os não cadastrados no
54 IGAM. A votação referente às outorgas ficou da seguinte forma: quatro votos



Ata da XXXII Reunião Ordinária do CBH Santo Antônio-MG

55 favoráveis e três contrários, sendo que o Presidente da CTOC não votou, conforme
56 instruções da Deliberação Normativa da referida Câmara. A partir do momento desta
57 proposição a Sra. Flávia Barroso (Fonasc) solicitou vistas ao processo. O Sr. Wyllian
58 Melo (IGAM) questionou o pedido, pois o mesmo foi realizado após a votação. Os
59 membros decidiram fazer outra reunião, antecedendo a reunião ordinária, para fazer
60 os esclarecimentos que foram levantados com o pedido de vista e também fazer
61 outros encaminhamentos. As dúvidas nesta segunda reunião, segundo Sra. Isabela,
62 foram comuns e estavam relacionadas a obter informações em relação à qualidade
63 das águas, instalação de PCHs em sequencia, dados dos usuários de água ao longo
64 do trecho de vazão reduzida da PCH Dores de Guanhães, levantamentos censitários
65 e a liminar do mistério público. Ela acrescentou que mesmo que o pedido de vista
66 não tenha caráter válido era interessante apresentá-lo à plenária para subsidiar a
67 votação, uma complementação de informações. O Sr. Flávio Frois, representante da
68 CEMIG, disse que a liminar do Ministério Público (MP) que recomendou ao Estado
69 fazer a Avaliação Integrada da bacia do rio Santo Antônio não surgiu do MP, ela foi
70 trazida ao Brasil para que o setor elétrico tivesse uma visão de todos os
71 empreendimentos, no âmbito de todas as bacias hidrográficas, assim conseguiria
72 observar os impactos sinérgicos dos empreendimentos, e essa é a grande
73 preocupação do MP, conseguir obter essa sinergia quando todos os
74 empreendimentos já estiverem implantados na bacia. O Sr. Wesley Cardoso
75 (SUPRAM), acrescentou que o inventário da bacia do rio Doce começou a partir dos
76 anos 60 e que em 2007 foi evidenciada a preocupação devido ao grande número de
77 barragens e que dentre os países emergentes, o Brasil é o que possuiu maior
78 número de barragens, por isso a preocupação tanto do setor energético quanto do
79 Ministério Público. A avaliação integrada é uma ferramenta de pontuação, ela pontua
80 os menores e maiores impactos e foi entendido por este estudo que para o rio
81 Guanhães não existe maiores restrições. A liminar do MP foi restritiva para o médio



Ata da XXXII Reunião Ordinária do CBH Santo Antônio-MG

82 e alto Santo Antônio, existem processos formalizados na SUPRAM que estão
83 suspensos, desde então não existem trocas de informações entre os
84 empreendedores e os órgãos ambientais. O Sr. Wesley frisou novamente que para o
85 Rio Guanhães não há esse embargo, ou seja, não há restrições significativas. Sra.
86 Patrícia Thomaz questiona sobre o encaminhamento e resposta da condicionante nº
87 4 do parecer da SUPRAM, que solicita manifestação da Secretaria de Turismo do
88 Estado de Minas Gerais acerca das duas cachoeiras e, se as mesmas estão no
89 circuito turístico Trilhas do Rio Doce. Sra. Patrícia acrescenta que as cachoeiras
90 têm, além de importância regional, uma importância municipal e que na sua
91 concepção essas informações deveriam ser solicitadas antes de avaliar as outorgas
92 e não como condicionantes. Sr. Leonardo Castro colocou em votação os pleitos de
93 outorga. Foram computados 23 (vinte e três) votos sendo 11 (onze) a favor e 12
94 (doze) abstenções dos seguintes conselheiros: Rander (CEMIG), Rita (Ferros),
95 Isabela (Dores de Guanhães – justificativa: não tem clareza das informações), José
96 Ferreira (Naque), Ruderson (Carmésia), Júlio (Emater – justificativa: dúvida sobre os
97 usuários ao longo do trecho e vazão reduzida), Maria do Rosário (SEE), Lucas
98 (AMALAPINHA), Patrícia (Fonasc), Tereza Cristina (ADDAF), Carlos Humberto
99 (CREA, justificativa: falta da análise integrada e parecer técnico da CTOC), Pauto
100 (Instituto Milho Verde – Justificativa: pela falta da análise integrada e parecer técnico
101 da CTOC). Encaminhamentos: 1 - O Sr. Toniel Senra (Funil Energia) encaminhou
102 uma alteração de condicionante: garantir que a vazão restituída média mensal do
103 canal de fuga seja equivalente à vazão média mensal afluente. 2 – O Sr. Renato
104 Ramos (FUNCESI) sugere que se solicite à COPAM/URC a inclusão, no processo
105 de licenciamento ambiental, dos planos diretores dos municípios de Dores de
106 Guanhães e Senhora do Porto, e que os estudos técnicos de interceptação e
107 tratamento de esgoto sejam custeados pelas empresas, podendo assim os
108 municípios solicitarem ao Ministério das Cidades financiamento das obras de



Ata da XXXII Reunião Ordinária do CBH Santo Antônio-MG

109 tratamento de esgoto. 3 - Solicitar cálculo de depuração do rio e simulação com
110 implantação das PCH's. 4 – Solicitar à Secretaria Estadual de Turismo uma
111 apuração da existência de cachoeiras de relevância e também solicitar informações
112 à Secretaria Municipal de Turismo sobre cachoeiras que integram circuitos
113 municipais de turismo. 5 – Sra. Patrícia solicita que o relatório do pedido de vistas da
114 FONASC seja encaminhado como pedido de esclarecimentos ao órgão ambiental
115 (IRC que licenciou o empreendimento). Nada mais havendo a tratar, eu Leonardo
116 Castro, segundo-secretário do CBH Santo Antônio, lavrei a presente ata, que após
117 lida e aprovada, será assinada por mim e pelo presidente.

Leonardo Mitre Alvim de Castro
**Segundo-Secretário do CBH Santo
Antônio – DO3**

Élson Vital dos Reis
**Presidente do CBH Santo Antônio
– DO3**

118



Ata da XXXII Reunião Ordinária do CBH Santo Antônio-MG

119 **Anexo I – Transcrição da Apresentação da Empresa Manabi Holding S.A.**
120 Meu nome é Tatiana, trabalho na empresa ERA – Engenharia de Recursos Hídricos
121 Aplicada. Trabalho com consultoria e o nosso trabalho iniciou junto com a Terrativa na parte
122 de análise de projeto, como o próprio Camilo falou. Estão analisando a viabilidade do
123 empreendimento e desde então estamos trabalhando juntos. Neste estudo levantou uma
124 possibilidade de inviabilização do projeto, por conta da ausência do recurso hídrico, partimos
125 então para obtenção da outorga antes mesmo do licenciamento ambiental, que caminhou
126 em paralelo. O pedido de outorga foi rápido, foi solicitado em outubro e em dezembro já
127 tinha sido deferido. Temos dois pontos outorgados, um ponto no rio Preto e outro no rio
128 Santo Antônio. Na bacia do Santo Antônio a área de drenagem é de 1.422 Km² até o ponto
129 de captação. Na bacia do Rio Preto a área de drenagem é 123 km². O clima é considerado
130 tropical sub-quente e semi-úmido. Há um núcleo de precipitação próximo ao projeto que
131 favorece bastante as específicas na bacia do rio Preto. A metodologia foi baseada em
132 balanço hídrico de bacia hidrográfica. Na bacia do rio Preto a precipitação é
133 aproximadamente 1600 mm a 1500 mm total anual e na do Santo Antônio 1579 mm total
134 anual. A estação pluviométrica é a instalada em Conceição do Mato Dentro. Basicamente o
135 que fizemos: pegamos a consistência da estação pluviométrica, atualizamos a série 2011,
136 verificamos todas as possibilidades de erro naquela estação e fizemos a complementação
137 das séries nas poucas falhas existentes por vazão média mensal. O histórico é longo, de 45 a
138 2010, atualizado no trabalho de fechamento do relatório de outorga e em cima da estação
139 pluviométrica de Conceição. Aplicamos justamente a equação do balanço hídrico para
140 estimativa média da evapotranspiração das outras duas bacias que precisávamos
141 considerar, então, tendo chuva e evapotranspiração a vazão sai por consequência. Todas
142 as outras características vieram por proporção em relação à média de longo tempo. Na
143 estação base determinamos as características associadas ao regime hidrológico,
144 permanência de vazões, capacidade de regularização, muito embora nossas captações são
145 todas a fio d'água. Não temos implantação de reservatório nem de elevação de nível, mas
146 foi estudada a capacidade de regularização do curso d'água e o estudo de vazões mínimas,
147 que foi baseado em análises de frequência, quer dizer, testamos a metodologia
148 recomendada pelo IGAM e o resultado do CISCA e ambas as metodologias davam uma
149 vazão Q7,10 um pouquinho superior a metodologia de análise de frequência. Buscando ser
150 mais restritivo adotamos a análise de frequência direta da estação. Na sequência, tendo os
151 parâmetros de caracterização de oferta hídrica, que foram na seção de interesse vazão
152 média de longo tempo, Q7,10, levantamos quais eram as demandas a montante e em toda a
153 bacia do Doce, que já tinha cadastro no IGAM. Pegamos o cadastramento das outorgas do
154 IGAM todinho, dentro das limitações que tem o cadastramento, levantamos 43 outorgas e 23
155 aproveitamentos hidrelétricos associados à bacia do Santo Antônio na época. À montante
156 dos nossos pontos de interesse haviam apenas 11 outorgas das quais 5 possuíam
157 demandas hídricas. As outras 6 eram todas associadas a travessia rodo-ferroviária, então
158 não tinha demanda. Faz-se a conta de mais e menos, como é necessário neste tipo de
159 trabalho de praxe mesmo. Temos a vazão residual necessária: 70% de Q7,10, subtraindo as
160 demandas associadas, que na bacia do Preto são nulas, e disponibilidade hídrica. Na época
161 do trabalho buscamos o levantamento dos usos insignificantes, mas não tinha cadastro



Ata da XXXII Reunião Ordinária do CBH Santo Antônio-MG

162 disponível ainda no IGAM, ele não era público ainda, então os usos insignificantes não
163 foram levantados nesta ocasião. Basicamente foi isso. Apresentamos o estudo, tivemos uma
164 reunião com a técnica que estava fazendo a análise no IGAM e sequencialmente a nossa
165 outorga foi deferida porque vamos apresentar a demanda de projeto dentro do limite legal de
166 que havia de disponibilidade na época. O processo Terrativa era um processo muito
167 diferente ao processo da Manabi. O Camilo entra agora mostrando as aprimorações do
168 projeto e o que se pretende fazer para frente. Simone (AMALAPINHA): a outorga da Anglo
169 está incluída nestas 5 outorgas? Tatiana (Manabi): Não. A outorga da Anglo está na bacia
170 do Peixe. O Peixe aflui ao Santo Antônio à jusante do nosso ponto, nem da Anglo nem da
171 Vale. Camilo Silva – Gerente Geral de Desenvolvimento de Projetos da Manabi: Quando de
172 posse dessa visão da disponibilidade hídrica a Terrativa desenvolveu um projeto de
173 mineração com uma abogadagem. Quando nós da Manabi tomamos posse das informações
174 nós redesenhamos o projeto com a visão de maximizar o equilíbrio dos usos dos recursos
175 naturais mais importantes que tínhamos na região: o minério e a água. A partir daí nos
176 desenvolvemos um conceito do projeto Morro do Pilar. A Manabi na verdade é a empresa
177 mãe de uma empresa cujo projeto está associado ao que chama Morro do Pilar Minerais
178 S.A. A ideia da Manabi foi criar a pouco mais de 1 ano um projeto de minério de ferro na
179 região do Morro do Pilar. A empresa tem mostrado para toda a comunidade envolvida na
180 região, através de várias reuniões públicas, inclusive com a AMALAPINHA participando em
181 Santo Antônio do Rio Abaixo e em Morro do Pilar. Temos apresentado o projeto com a
182 maior transparência possível, razão também de estar aqui hoje para anunciar ao Comitê as
183 informações de um projeto que vai impactar ou que pelo menos vai ter ações dentro da área
184 de atuação de responsabilidade do Comitê. O objetivo então é desenvolver um projeto, em
185 Morro do Pilar, de abertura de uma mina, uma usina tradicional e típica para exploração do
186 minério de ferro que acontece na região e depois a produção de 25 milhões de
187 toneladas/ano. Esse número é uma grande alteração em relação ao projeto antigo da
188 Terrativa, que previa apenas 15 milhões de toneladas. Esse produto será transportado até
189 um ponto que será construído em Linhares (ES). O processo das diversas etapas do
190 processamento do minério indica duas saídas principais para o consumo de água: uma
191 vazão de 0,237 m³/s para o mineroduto transportar o minério e uma perto da barragem de
192 0,582, totalizando 0,819 m³/s, apresentado pela disponibilidade hídrica. Numa análise
193 preliminar a gente entendia que os usos apresentados pela Terrativa apresentavam para os
194 dois consumos e em relação à quantidade de material movimentado, um consumo de
195 aproximadamente 0,5m³ por tonelada de material, um número típico de certa forma para
196 várias indústrias da mineração. Em alguns outros casos de mineração, até no Brasil não tem
197 muito, como cobre, metais básicos, o consumo é maior ainda. A Manabi fez um conceito de
198 engenharia diferente do projeto. Ela criou um processo, aqui está apresentado
199 simplificada as operações de britagem, moagem e de empilhamento. Particularmente
200 nas operações de espessamento e empilhamento de rejeito, a Manabi criou alternativas
201 tecnológicas mais caras para projeto e de vanguarda da indústria mineral, que permitiam
202 que a gente reutilizasse mais a água, diferentemente do projeto anterior. Nessas
203 reutilizações tem-se alguns termos técnicos: overflow espessador concentrado, overflow
204 espessador rejeito e de lama, enfim, de uma maneira geral, nos recirculamos 22 mil quase



Ata da XXXII Reunião Ordinária do CBH Santo Antônio-MG

205 23 mil m³ de água por hora na usina. Isso quer dizer que 650% do volume de água captada
206 é reutilizada. O que quer dizer 650, quer dizer que para cada m³ de água captada, antes da
207 gente consumir, ele passa 6 vezes e meio na usina, relavando e relavando minério para
208 gente maximizar essa reutilização e diminuir esse consumo específico que era meta nossa,
209 diminuir o consumo específico pra poder manter a outorga e aumentar a capacidade. Então
210 650% é a quantidade de água que circula dentro do processo que nos desenhamos. Dessa
211 forma os principais consumos da água a gente tem uma pequena quantidade que entra na
212 usina como umidade natural do minério, temos a água nobre que estamos captando a 0,819
213 m³/s e temos uma água que vai sair pelo mineroduto. O consumo dela dentro do processo
214 industrial é essencialmente para abatimento de pó para minimização do problema ambiental,
215 na parte de outros consumos de rejeitos a gente também tem uma parcela muito boa e a
216 parte de evapotranspiração e infiltração que a própria barragem de disposição de material
217 acaba entrando para o aquífero. E com isso nos mudamos bastante o perfil, estilo da
218 Terrativa, desenhamos para o projeto Morro do Pilar a mesma outorga desenhada, nos
219 aumentamos a produção para 25 milhões de toneladas ano e baixamos o consumo
220 específico de 0,50 para 0,30 m³ por tonelada de material. Isso quer dizer que naquela
221 comparação de capacidade dos projetos nos conseguimos desenvolver um projeto 40%
222 mais eficiente no uso da água, particularmente pela utilização de tecnologias mais
223 atualizadas, processos que às vezes são mais caros para o empreendimento mas que
224 permite essa recirculação da água, no nosso caso 6 vezes e meio. Com essa visão nos
225 somos capazes de desenvolver um projeto mais adequado a quantidade de recursos de
226 outorga da região, eficiente muito sob o ponto de vista de água. Limitamos a outorga porque
227 o estudo hídrico já tinha apresentado isso pra gente. Apenas como informação preliminar, os
228 estudos de hidrogeologia de água subterrânea indicavam um potencial enorme na região.
229 Claro que como avanço de qualquer mineração, à medida que esta disponibilidade
230 acontecer, com o próprio avanço da cava, a nossa proposta dentro das próprias políticas da
231 empresa e as políticas dos órgãos que gerem o recurso hídrico no país é fazer uma
232 substituição adequada de captação a fio d'água pela captação subterrânea, desde que o
233 embargo seja menor. Com essa visão queremos trazer aqui pra vocês e aproveitar o espaço
234 para apresentar o próximo slide, talvez um pouco antecipado, dizendo que nós já estamos
235 considerando o assunto debatido e deliberado pelo próprio comitê. Temos no nosso custo a
236 expectativa de que temos que pagar pelo uso da água, então apenas preliminarmente, não
237 queremos ser fidedigno à previsão do cálculo, até porque a própria interpretação da
238 deliberação normativa não foi debatida por vocês. Esse consumo 2.948 m³/h é exatamente
239 aquele 0,819 m³/s, nas 8.760 horas trabalhadas vai trazer um consumo de 26 milhões
240 m³/ano ao custo, pela DN, de R\$ 0,030 por m³, vai trazer um pagamento ao Comitê de 780
241 mil reais por ano. A idéia era apresentar muito simplesmente o assunto, apenas
242 aproveitando o momento, o convite do Luiz Augusto e da Simone. Queremos manter
243 proativamente, como temos feito, uma postura de proatividade e transparência no projeto.
244 Estamos nesses poucos minutos que restam disponíveis para responder a qualquer
245 pergunta e estar esclarecendo qualquer dúvida da Manabi ou da disponibilidade hídrica que
246 a Tatiana fez. Felipão (Sindicato Metabase): Porque o mineroduto em detrimento a uma
247 ferrovia? Camilo: É uma pergunta bastante polêmica porque ela tem sido alvo de visões



Ata da XXXII Reunião Ordinária do CBH Santo Antônio-MG

248 muito subjetivas dos empreendimentos. Vou dizer para o Senhor de uma maneira muito
249 cirúrgica que um projeto de qualquer empresa só é viável se ele tiver economicidade, se nós
250 tivéssemos que fazer uma ferrovia esse projeto não se tornaria viável e o recurso mineral
251 ficaria debaixo da terra, nada do desenvolvimento do projeto para região se tornaria
252 verdade. As ferrovias elas tem sido ditas como elementos de desenvolvimento na região por
253 onde ela trafega, mas isso talvez foi Barão de Rio Branco em 1840 que pregonizou, porque
254 nenhuma ferrovia no Brasil com concessões federais, que inclusive são muito mal utilizadas
255 pelas concessionárias, não permitem que outras empresas façam uso dela e desenvolveu-
256 se praticamente nada ao longo das ferrovias. Sob o aspecto desenvolvimentista a ferrovia
257 não tem nenhum benefício, sob o aspecto de meio ambiente a ferrovia absurdamente mais
258 impactante do que o mineroduto. O mineroduto você coloca debaixo da terra e vai embora.
259 Patrícia (Fonasc): a água também. Porque esse Comitê é de gestão de água, pra nós a
260 visão da água precisa ser tratada de uma forma... Camilo (Manabi): O mineroduto tem seus
261 prós e contra. A ferrovia não se mostra como elemento possibilidade desses
262 empreendimentos, muito provavelmente, a maior parte de todos os empreendimentos
263 minerários do país, que precisam de transporte de grande volume, usam as concessões
264 federais por investimentos públicos para sustentar o próprio negócio. Felipe (Metabase):
265 Então a ferrovia é só mesmo questão econômica? Camilo (Manabi): Econômica. Tereza
266 Cristina (ADDAF): Não ficou claro para mim a questão do consumo. O que você apresentou
267 é em relação a mineração, e a questão da captação de água para o mineroduto? Camilo
268 (Manabi): É a mesma. Tereza Cristina (ADDAF): O consumo apresentado é o da mineração,
269 para o mineroduto vai se outra captação? Camilo (Manabi): Não. Está tudo ali. Nós
270 redesenhamos o projeto sem alterar a captação. Tereza Cristina (ADDAF): Então ali está a
271 questão do consumo para mineração e mineroduto? Camilo (Manabi): Exatamente. Tereza
272 Cristina (ADDAF): Está sendo concluído um mineroduto na região, existe a possibilidade de
273 se utilizar o mesmo mineroduto para transportar o minério? Camilo (Manabi): O mesmo
274 mineroduto não porque é eles são dimensionados para capacidades diferentes de projetos,
275 algumas coisas poderiam ser sinérgicas como por exemplo, o uso da faixa de servidão, por
276 onde o produto passa, mas isso não traz para o uso da água ou do meio ambiente um
277 benefício significativo. Tereza Cristina (ADDAF): Traria Sim, se usassem a mesma
278 quantidade de água para transportar. Camilo (Manabi): Mas as empresas são competitivas e
279 não tem uma legislação federal que oriente para essa sinergia. Patrícia (Fonasc): Mas aí
280 vamos estar sempre decidindo em razão da competitividade, da lucratividade, em razão das
281 empresas. O senhor disse que não tem nada a ver com o meio ambiente, todos dois terão
282 supressão ao longo do mineroduto e aí vamos estar priorizando a questão financeira sem
283 estar priorizando a questão dos recursos que são esgotáveis como a água, enfim, é uma
284 situação que não está sendo pensada. Camilo (Manabi): Na verdade ela está sendo
285 pensada. Ao propor um projeto desse tipo a empresa tem a consciência cidadã. É um
286 projeto que traz não só para Morro do Pilar, mas para região uma transformação de
287 desenvolvimento.
288